

A ARQUITECTÓNICA EM KANT. UMA LEITURA COMENTADA DO *PREFÁCIO* À 1ª EDIÇÃO DA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*

Seminário aberto de Mestrado em Ensino da Filosofia / UBI – 11 Janeiro 2017

ESCLARECIMENTOS PRELIMINARES

Iluminismo e Autonomia da Razão >>

>> Emancipação = luminosidade/autoapropriação

Analítica do título da obra

“Crítica” > discernimento possibilidades [critiar > desconstruir ≠ destruir]

“Razão” > autoapropriação competências [conhecer ≠ pensar ≠ entender]

“Pura” > constituição formal [descontaminação “interesses” empíricos]

Noção «arquitectónica» > arkhê [primeiro/primordial]

> tekto [construir / edificar / estabelecer / constituir]

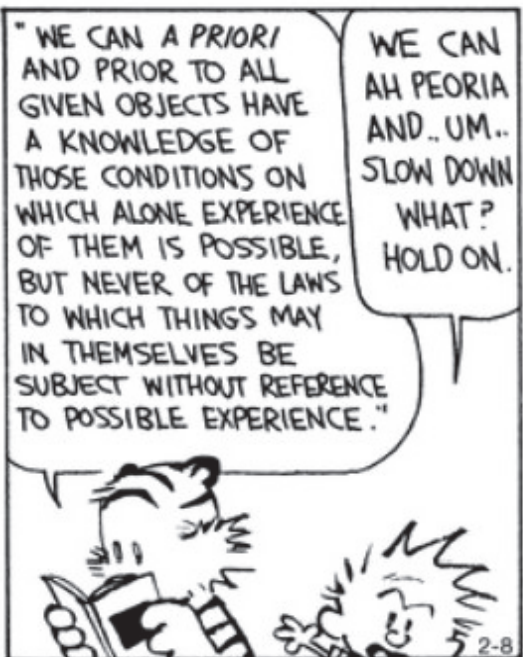
>> CRP = plano construção/constituição edifício crítico Razão

«A filosofia transcendental é a idéia de uma ciência para a qual a crítica da razão pura deverá esboçar arquitetonicamente o plano total, isto é, a partir de princípios, com plena garantia da perfeição e solidez de todas as partes que constituem esse edifício.» [CRP, Prefácio 2ª edição, B 27]

«A razão humana é, por natureza, arquitetônica, isto é, considera todos os conhecimentos como pertencentes a um Sistema possível, e, por conseguinte, só admite princípios que, pelo menos, não impeçam qualquer conhecimento dado de coexistir com outros num sistema.» [CRP, Dialéctica transcendental, A 474; B 502]

Calvin and Hobbes

... and Immanuel Kant



© 1994 Watterson/Distributed by Universal Uclick

WATTERSON

CRÍTICA DA RAZÃO PURA

Immanuel Kant

Tradução de MANUELA PINTO DOS SANTOS e ALEXANDRE FRADIQUE MORUJÃO

TÁBUA DE MATÉRIAS

I. Doutrina transcendental dos elementos.

PRIMEIRA PARTE. Estética transcendental.

SECÇÃO PRIMEIRA. Do espaço.

SECÇÃO SEGUNDA. Do tempo.

SEGUNDA PARTE. Lógica transcendental.

PRIMEIRA DIVISÃO. Analítica transcendental

SEGUNDA DIVISÃO. Dialéctica transcendental

II. Doutrina transcendental do método.

CAPÍTULO I. Disciplina da razão pura.

CAPÍTULO II. Cânone da razão pura.

CAPÍTULO III. História da razão pura.

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO (1781)

1

A razão humana, num determinado domínio dos seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões, que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais também não pode dar resposta por ultrapassarem completamente as suas possibilidades.

2

Não é por culpa sua que cai nessa perplexidade. Parte de princípios, cujo uso é inevitável no decorrer da experiência e, ao mesmo tempo, suficientemente garantido por esta. Ajudada por estes princípios eleva-se cada vez mais alto (como de resto lho consente a natureza) para condições mais remotas.

Porém, logo se apercebe de que, desta maneira,

3

a sua tarefa há-de ficar sempre inacabada, porque as questões nunca se esgotam; vê-se obrigada, por conseguinte, a refugiar-se em princípios, que ultrapassam todo o uso possível da experiência

e, não obstante, estão ao abrigo de qualquer suspeita, pois o senso comum está de acordo com eles. Assim, a razão humana

cai em obscuridades e contradições, que a autorizam a concluir dever ter-se apoiado em erros, ocultos algures, sem contudo os poder descobrir. Na verdade, os princípios de que se serve, uma vez que ultrapassam os limites de toda a experiência, já não reconhecem nesta qualquer pedra de toque. O teatro destas disputas infundáveis chama-se *Metafísica*.

Houve um tempo em que esta ciência (a metafísica) era chamada rainha de todas as outras e, se tomarmos a intenção pela realidade, merecia amplamente esse título honorífico, graças à importância capital do seu objeto. No nosso tempo tornou-se moda testemunhar-lhe o maior desprezo e a nobre dama, repudiada e desamparada, lamenta-se como Hécuba:

Ainda há pouco a maior de todas, poderosa por tantos genros e filhos...

eis-me agora exilada, despojada.

OVÍDIO, *Metamorfoses*

Inicialmente, sob a hegemonia dos *dogmáticos*, o seu poder era *despótico*. Porém, como a legislação ainda trazia consigo o vestígio da antiga barbárie, pouco a pouco, devido a guerras intestinas, caiu essa metafísica em completa *anarquia* e os *céticos*, espécie de nómades, que tem repugnância em se estabelecer definitivamente numa terra, rompiam, de tempos a tempos, a ordem social. Como, felizmente, eram pouco numerosos, não puderam impedir que os seus adversários, os dogmáticos, embora sem concordarem num plano prévio, tentassem repetidamente, restaurar a ordem destruída. Nos tempos modernos houve um momento em que parecia irremediavelmente terminar todas essas disputas, graças a uma certa *fisiologia* do entendimento humano (a do célebre *Locke*) e a ser decidida inteiramente a legitimidade dessas pretensões. Embora essa suposta rainha tivesse um

nascimento vulgar, derivasse da experiência comum e, por isso, com justiça, a sua origem tornasse suspeitas as suas exigências, aconteceu, no entanto, que esta *genealogia* tinha sido imaginada falsamente e, assim, a metafísica continuou a afirmar as suas pretensões; pelo que de novo tudo caiu no dogmatismo arcaico e carcomido e, finalmente, no desprestígio a que se tinha querido subtrair a ciência. Agora,

5

depois de serem tentados todos os caminhos (ao que se vê) em vão, reina o enfado e um indiferentismo, que engendram o caos e a noite nas ciências, mas também, ao mesmo tempo, são origem, ou pelo menos prelúdio, de uma próxima transformação e de uma renovação dessas ciências, que um zelo mal entendido tornara obscuras, confusas e inúteis.

É vão, com efeito, afetar *indiferença* perante semelhantes investigações, cujo objeto não pode ser *indiferente* à natureza humana. Esses pretensos *indiferentistas*, por mais que busquem tornar-se irreconhecíveis, substituindo a terminologia da Escola por uma linguagem popular, não são capazes de pensar qualquer coisa sem recair, inevitavelmente, em afirmações metafísicas. Porém, esta indiferença, que se produz no meio do florescimento de todas as ciências e ataca precisamente aquela, a cujos conhecimentos, se pudéssemos adquiri-los, renunciaríamos com menos facilidade do que a qualquer outro, é um fenómeno digno de atenção e de reflexão. Evidentemente que não é efeito de leviandade, mas do *juízo* amadurecido da época, que já não se deixa seduzir por um saber aparente;

6

é um convite à razão para de novo empreender a mais difícil das suas tarefas, a do conhecimento de si mesma e da constituição de um tribunal que lhe assegure as pretensões legítimas e, em contrapartida, possa condenar-lhe todas as presunções infundadas; e tudo isto, não por decisão

arbitrária, mas em nome das suas leis eternas e imutáveis. Esse tribunal outra coisa não é que a própria *Crítica da Razão Pura*.

Por uma crítica assim, não entendo uma crítica de livros e de sistemas, mas da faculdade da razão em geral, com respeito a todos os conhecimentos a que pode aspirar, *independentemente de toda a experiência*; portanto, a solução do problema da possibilidade ou impossibilidade de uma metafísica em geral e a determinação tanto das suas fontes como da sua extensão e limites; tudo isto, contudo, a partir de princípios.

Assim, enveredei por este caminho, o único que me restava seguir e sinto-me lisonjeado por ter conseguido eliminar todos os erros que até agora tinham dividido a razão consigo mesma, no seu uso fora da experiência. Não evitei as suas questões, desculpando-me com a impotência da razão humana; pelo contrário, especifiquei-as completamente, segundo princípios e, depois de ter descoberto o ponto preciso do mal-entendido da razão consigo mesma, resolvi-as com a sua inteira satisfação.

7

Não dei, é certo, àquelas questões as respostas que o exaltado desejo dogmático de saber desejaria esperar, pois é impossível satisfazê-lo de outra forma que não seja por artes mágicas, das quais nada entendo. Tão-pouco residia aí o objeto do destino natural da nossa razão; o dever da filosofia era dissipar a ilusão proveniente de um mal-entendido, mesmo com risco de destruir uma quimera tão amada e enaltecida.

Neste trabalho, a minha grande preocupação foi descer ao pormenor e atrevo-me a afirmar não haver um só problema metafísico, que não se resolva aqui ou, pelo menos, não encontre neste lugar a chave da solução. Com efeito, a razão pura é uma unidade tão perfeita que, se o seu princípio

não fosse suficiente para resolver uma única questão de todas aquelas que lhe são propostas pela sua natureza, haveria que rejeitá-lo, pois não se poderia aplicar a qualquer outra com perfeita segurança.

Ao falar assim, julgo perceber na fisionomia do leitor um misto de indignação e desprezo por pretensões aparentemente tão vaidosas e imodestas; e, contudo, são incomparavelmente mais moderadas do que as de qualquer autor do programa mais vulgar, que pretende, por exemplo, demonstrar a natureza simples da *alma* ou a necessidade de um primeiro *começo do mundo*; realmente, tal autor assume o compromisso de estender o conhecimento humano para além de todos os limites da experiência possível, coisa que, devo confessá-lo com humildade, ultrapassa inteiramente o meu poder; em vez disso, ocupo-me unicamente da razão e do seu pensar puro e não tenho necessidade de procurar longe de mim o seu conhecimento pormenorizado, pois o encontro em mim mesmo e já a lógica vulgar me dá um exemplo de que se podem enunciar, de maneira completa e sistemática, todos os atos simples da razão. O problema que aqui levanto é simplesmente o de saber até onde posso esperar alcançar com a razão, se me for retirada toda a matéria e todo o curso da experiência.

Julgo ter dito o bastante acerca da *perfeição* a atingir em *cada um* dos fins e a *extensão* a dar à investigação de *conjunto* de todos eles, que não constituem um propósito arbitrário, mas que a natureza mesma do conhecimento nos propõe como *matéria* da nossa investigação crítica.

Há ainda a ter em conta a *certeza* e a *clareza*, dois requisitos que se reportam à *forma* e se devem considerar qualidades essenciais a exigir de um autor que se lança em empresa tão delicada.

No respeitante à *certeza*, a lei que impus a mim próprio obriga-me a que, nesta ordem de considerações, de modo algum seja permitido *emitir opiniões* e que tudo o que se pareça com uma *hipótese* seja mercadoria

proibida, que não se deve vender, nem pelo mais baixo preço, mas que urge confiscar logo que seja descoberta. Com efeito, todo o conhecimento que possui um fundamento *a priori* anuncia-se pela exigência de ser absolutamente necessário; com mais forte razão deve assim acontecer a respeito de uma determinação de todos os conhecimentos puros *a priori* que deve servir de medida e, portanto, de exemplo a toda a certeza apodítica (filosófica). Só ao leitor competirá julgar se me mantive fiel, neste ponto, ao meu compromisso, pois ao autor apenas convém apresentar razões e não decidir dos efeitos delas sobre os juízes. Contudo, para que nada possa, inocentemente, ser causa de que se enfraqueçam estas razões, seja permitido ao autor que ele próprio assinale as passagens que poderiam ocasionar alguma desconfiança, embora apenas tenham importância secundária, a fim de prevenir a influência que o mais leve escrúpulo do leitor poderá exercer mais tarde no seu juízo, relativamente ao fim principal.

Não conheço investigações mais importantes para estabelecer os fundamentos da faculdade que designamos por entendimento e, ao mesmo tempo, para a determinação das regras e limites do seu uso, do que aquelas que apresentei no segundo capítulo da Analítica transcendental, intitulado *Dedução dos conceitos puros do entendimento*; também foram as que me custaram mais esforço, mas espero que não tenha sido o trabalho perdido. Esse estudo, elaborado com alguma profundidade, consta de duas partes. Uma reporta-se aos objetos do entendimento puro e deve expor e tornar compreensível o valor objetivo desses conceitos *a priori* e, por isso mesmo, entra essencialmente no meu desígnio. A outra diz respeito ao entendimento puro, em si mesmo, do ponto de vista da sua possibilidade e das faculdades cognitivas em que assenta: estuda-o, portanto, no aspecto subjetivo. Esta discussão, embora de grande importância para o meu fim principal, não lhe pertence essencialmente, pois a questão fundamental reside sempre em saber o que podem e até onde podem o entendimento e a razão conhecer, independentemente da experiência e não como é possível a própria *faculdade de pensar*. Uma vez que esta última questão é, de certa maneira, a investigação da causa de um efeito dado e, nessa medida, também algo semelhante a uma hipótese (embora de fato não seja assim, como noutra ocasião mostrarei) parece ser este o caso de me permitir

formular *opiniões* e deixar ao leitor igualmente a liberdade de emitir outras *diferentes*. Por isso devo pedir ao leitor para se lembrar de que, se a minha dedução subjetiva não lhe tiver criado a inteira convicção que espero, a dedução objetiva, que é a que aqui me importa principalmente, conserva toda a sua força, bastando, de resto, para isso, o que é dito de páginas 92 a páginas 93 [Kant refere-se à paginação original da KrV <A> coincidente com a *Passagem à dedução transcendental das categorias*].

Finalmente, no que respeita à *clareza*, o leitor tem o direito de exigir, em primeiro lugar, a *clareza* discursiva (lógica) *por conceitos*; seguidamente, também a *clareza* intuitiva (estética) *por intuições*, isto é, por exemplos e outros esclarecimentos em concreto. Cuidei suficientemente da primeira, pois dizia respeito à essência do meu projeto, mas foi também a causa accidental que me impediu de me ocupar suficientemente da outra exigência, que é justa, embora o não seja de uma maneira tão estrita como a primeira. No decurso do meu trabalho encontrei-me quase sempre indeciso sobre o modo como a este respeito devia proceder. Os exemplos e as explicações pareciam-me sempre necessários e no primeiro esboço apresentaram-se, de fato, nos lugares adequados. Contudo, bem depressa vi a grandeza da minha tarefa e a multidão de objetos de que tinha de me ocupar e, dando conta de que, expostos de uma forma seca e puramente *escolástica*, esses objetos dariam extensão suficiente à minha obra, não me pareceu conveniente torná-la ainda maior com exemplos e explicações, apenas necessários de um ponto de vista *popular*; tanto mais que esta obra não podia acomodar-se ao grande público e aqueles que são cultores da ciência não necessitam tanto que se lhes facilite a leitura, coisa sempre agradável, mas que, neste caso, poderia desviar-nos um pouco do nosso fim em vista. Diz com verdade o Padre Tarrasson que, se avaliarmos o tamanho de um livro, não pelo número de páginas, mas pelo tempo necessário a compreendê-lo, poder-se-á afirmar de muitos livros, que *seriam muito mais pequenos se não fossem tão pequenos*. Mas se, por outro lado, for proposto como objetivo a inteligência de um vasto conjunto de conhecimentos especulativos, embora ligados a um princípio único, poder-se-ia dizer, com igual razão, que muitos *livros* teriam sido muito mais *claros se não* quisessem *ser tão claros*. De fato, os expedientes para ajudar a ser claro são úteis nos *pormenores*, embora muitas vezes distraiam de ver o *conjunto*,

impedindo o leitor de alcançar, com suficiente rapidez, uma visão desse conjunto; com o seu brilhante colorido encobrem, por assim dizer, e tornam invisível a articulação ou a estrutura do sistema, que é o mais importante para se poder julgar da sua unidade e do seu valor.

Parece-me que pode ser para o leitor coisa de não pequeno atrativo juntar o seu esforço ao do autor, se tiver a intenção de realizar inteiramente e de maneira duradoura uma obra grande e importante, de acordo com o plano que lhe é proposto. Ora a metafísica, segundo os conceitos que dela apresentaremos aqui, é a única de todas as ciências que pode aspirar a uma realização semelhante e isto em pouco tempo e com pouco trabalho, desde que se congreguem os esforços, de tal modo que nada mais reste à posteridade que dispor tudo de uma maneira *didática*, de acordo com seus propósitos, sem por isso poder aumentar o conteúdo no que quer que seja.

8

Na verdade, a metafísica outra coisa não é senão o inventário, sistematicamente ordenado, de tudo o que possuímos pela razão *pura*. Nada nos pode aqui escapar, pois o que a razão extrai inteiramente de si mesma não pode estar-lhe oculto; pelo contrário, é posto à luz pela própria razão, mal se tenha descoberto o princípio comum de tudo isso. A unidade perfeita desta espécie de conhecimentos, derivados de simples conceitos puros, sem que nada da experiência, nem sequer mesmo uma intuição *particular*, própria a conduzir a uma experiência determinada, possa exercer sobre ela qualquer influência no sentido de a estender ou de a aumentar, torna esta integridade incondicionada não somente possível como ainda necessária.

Regressa a ti mesmo e saberás como é simples para ti o inventário.

PÉRSIO

A NOÇÃO KANTEANA DE «ARQUITECTÓNICA» DA RAZÃO PURA

PREOCUPAÇÃO CRÍTICA

- Mutação Razão modelo ► dramático [palco//representação//desempenho papel]
 - ◄ jurídico [tribunal//julgamento//atribuição competência]
- KRISIS > separar / discernir / avaliar > decidir >> filosofia crítica

I. ESCOPO PROGRAMÁTICO

➔ 1. <...> cf. excerto CRP

- RAZÃO a) Não-Usado → limites → inacessibilidade
- b) Usado → extensão → acessibilidade
 - c) Abuso → contenção → transponibilidade
- >> perplexidade...

II. MOTIVOS PERPLEXIDADE

➔ 2. <...> cf. excerto CRP

- PRINCÍPIOS ► a) inevitáveis → conaturais à Razão
- ◄ b) sublimáveis → ascensão progressiva // interminável
 - c) inconclusivos → infinalizáveis

III. SOLUÇÃO DE RECURSO: TAREFA INACABADA? >> IMPOSSÍVEL

INDETERMINAÇÃO

→ 3. <...> cf. excerto CRP

DUPLA LINHA DE FORÇA ► plano dos princípios

◄ plano da experiência

TENTAÇÃO > **princípios** “transpõem” uso possível **experiência**

IV. DESFECHO INFINDÁVEL // INFUNDADO

→ 4. <...> cf. excerto CRP

	Prin	Exp
DRAMA actores [Princípios/Experiência] → palco disputas = Metafísica >	Rac.	Emp.
→ enredo inconsequente / infundado >	Dogm.	Cept.

RAZÃO incorre a) obscuridade → origem → de onde provêm?

b) contradições → interação → como se articulam?

OCUPAÇÃO CRÍTICA

- PERFIL “ARQUITECTÓNICO” coesão → orgânica = elementos
 - canónica = princípios
 - catártica = ilusões
- TRANSCENDENTAL > sondagem/estabelecimento condições possibilidade

I. CONSTATAÇÃO HISTÓRIA IDEIAS

CIÊNCIAS NATURAIS > FÍSICA // EXACTAS > MATEMÁTICA >> Astronomia/Mecânica

>> pretensão epistémica conhecimento → sólido = fundamento

→ progressivo = alargamento

METAFÍSICA >> conflito ► DOGMATISMO → princípios Razão univ./necess.

→ Racionalismo > Descartes / Leibnitz / Wolf

◄◄ CEPTICISMO → n/ princípios → factos Experiência part./cont.

→ Empirismo > Bacon / Locke / Hume

DESFECHO “TRÁGICO”

➔ 5. <...> cf. excerto CRP

INDIFERENTISMO momento “oportuno” a) sintoma provocatório saturação/descrédito

b) ocasião eurística reconstrução racionalidade

➔ 6. <...> cf. excerto CRP

II. CONSTITUIÇÃO TRIBUNAL DA/PELA/PARA RAZÃO

PROBLEMA trinomial a) de onde provêm Princípios / Experiência?

b) que requisitos exigíveis? → doutrina transcendental elementos

c) como se articulam entre si? → doutrina transcendental método

HIPÓTESE “REVOLUTIVA”...

REVOLUÇÃO COPERNICANA // CRÍTICA

Paradigma geocêntrico	Paradigma heliocêntrico
<ul style="list-style-type: none">• Razão função realidade > realismo dogmático• Sujeito função objecto > objectiv. transcendente	<ul style="list-style-type: none">• Realidade função razão > racionalismo crítico• Objecto função sujeito > subjectiv. transcendental

DESAFIO

→ possibilidade articular acto conhecimento a) exigência racional Unv/Necs

b) postulado empírico Part/Contg

→ evitar a) obscuridade/contradições metafísicas

b) posições redutoras/litigantes dogmatismo ►► ◄◄ cepticismo

→ aceder CONHECIMENTO a) universal/formal ⇔ particular

b) condicionado ⇔ necessário/determinado

>> constituição JUÍZOS SINTÉTICOS A PRIORI

ESTATUTO CRÍTICO FILOSOFIA TRANSCENDENTAL

>> DESÍGNIO EPISTÉMICO METAFÍSICA ▶ n/ ciência com/para outras

◀ ciência → auto-esclarecida [// Aufklärung]

→ esclarecedora “para” outras ciências

REDEFINIR ALCANCE METAFÍSICA

→ vector catártico > dissipar “ilusões/equívocos” Dogmatismo/Cepticismo

→ 7. <...> cf. excerto CRP

→ vector canónico > fornecer “inventário” requisitos conhecimento

→ 8. <...> cf. excerto CRP

→ determinação competências Razão quanto

a) Uso → crítico = extensão/limites

→ transcendental = condições Possib/Legitim

→ apriorístico = Univ/Necess/Prev/Formal

b) Absuso dialéctico > extravasa limites/incumbência

ESQUEMA RECAPITULATIVO

Topografia C R P

→ INACESSIBILIDADE

- PENSAR
- NÚMENO = coisa em si

→ USO

- CONHECER transcendental
- FENÓMENO = apar(ec)ência constituída



... quem determina o uso

... detecta o...

→ ABUSO

- DIALÉCTICA transcendental
 - inspectiva > exorbitâncias
 - catártica > desconformidades
 - IDEIAS [n/ conhecíveis] transcendentales
 - Ilusões > Paralogismos
 - Projecções > Antinomias
- FUNÇÃO "pseudo-"crítica
- >> síntese unificadora/reguladora
- 3 campos fenoménicos

↓

interesse Absoluto

> rede segurança Razão Pura

LUGAR EPISTÉMICO PRÓPRIO

- * MUNDO <criado> EXETERIORIDADE -----> Cosmologia Racional
- * ALMA <imortal> INTERIORIDADE -----> Psicologia Racional
- * DEUS <perfeito> TOTALIDADE -----> Teologia Racional